

PODER / Durante uma motociata em apoio a Bolsonaro, no Rio, Silveira afirmou que retirou a tornozeleira eletrônica após o perdão concedido pelo presidente e que o Judiciário não tem mais o que fazer contra ele

Silveira volta a afrontar o STF

O deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) voltou a afrontar as decisões do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou que o parlamentar cumpra as medidas cautelares impostas a ele no processo que apura ataques à Corte, como o uso de tornozeleira eletrônica. Ontem, durante uma motociata em apoio ao governo federal, no Rio, Silveira afirmou que retirou o equipamento após o perdão concedido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Segundo o parlamentar, o Judiciário não tem mais o que fazer contra ele.

“Eu nem poderia usar naquela época. Hoje é que não uso mesmo. Eu fui indultado pela graça. Quando o Judiciário tem o perdão presidencial, é meramente declaratório o reconhecimento. O Judiciário não faz mais nada, só declara a extinção”, declarou Silveira, ao fim da manifestação, pouco antes de subir num carro de som, no Aterro do Flamengo, na Zona Sul do Rio, conforme

» Cassação sai no Diário Oficial

Foi publicada no *Diário Oficial de São Paulo* a perda do mandato do deputado Arthur do Val (União Brasil). Ele foi cassado na terça-feira em decisão unânime tomada pelo plenário da Assembleia Legislativa do estado. Com a publicação da decisão, Arthur do Val, conhecido como Mamãe Falei, fica inelegível pelo período de oito anos. Em abril, Arthur do Val renunciou ao cargo após o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da assembleia ter aprovado o relatório que pedia a cassação. Apesar da renúncia, ele ainda teve que enfrentar o processo que o tornou inelegível. Pelas regras do legislativo paulista, a renúncia ao mandato não interrompe o processo de cassação.

Reprodução/YouTube/FranciscoMelloOficial



Daniel Silveira discursa após motociata no Rio de Janeiro: “O Judiciário não faz mais nada. Só declara a extinção (da punição)”

vídeo publicado nas redes sociais. A motociata em apoio ao governo Bolsonaro saiu do Parque Olímpico, na Zona Oeste do Rio, e seguiu até o Monumento dos Pracinhas. O comboio percorreu cerca de 40 quilômetros.

Bloqueio de bens

Ao contrário do que alega Silveira, o perdão ainda não foi analisado pelo Supremo, e o próprio Moraes voltou a aplicar multas por descumprimento do uso da tornozeleira eletrônica na última semana. Somadas, as multas

chegam a R\$ 645 mil. O magistrado sustenta que as medidas cautelares (iniciadas ainda antes da condenação pelo STF) não foram afetadas pelo perdão.

“O Decreto de Indulto presidencial (eDoc. 898) será analisado em sede própria e, enquanto não houver essa análise e a decretação da extinção de punibilidade pelo Poder Judiciário, a presente ação penal prosseguirá normalmente, inclusive no tocante à observância das medidas cautelares impostas ao réu Daniel Silveira e devidamente referendadas pelo Plenário desta

Suprema Corte”, diz decisão recente do magistrado.

Na sexta-feira passada, Moraes decretou o bloqueio de bens móveis e imóveis do deputado, incluindo contas bancárias. O ministro alegou que a decisão tem como objetivo garantir o pagamento das multas pela desobediência às medidas impostas ao parlamentar.



Eu nem poderia usar naquela época. Hoje é que não uso mesmo. Eu fui indultado pela graça. Quando o Judiciário tem o perdão presidencial, é meramente declaratório o reconhecimento”

Daniel Silveira, deputado federal

BEBIDA FALSIFICADA FAZ MAL À SAÚDE

HÁ UM VASTO MERCADO DE BEBIDAS FALSIFICADAS EM ATIVIDADE NO PAÍS, COM SÉRIOS DANOS À SAÚDE PÚBLICA, À ORDEM SOCIAL E À ECONOMIA.

Apresentado por:



O comércio ilegal de bebidas alcoólicas no Brasil é um problema que tem se agravado, trazendo riscos à saúde do consumidor, perda na arrecadação de impostos pelo governo e gerando receitas que vão financiar o crime organizado.

Especialistas focados na questão alertam para o fato de a bebida adulterada ser produzida sem o mínimo controle, utilizando ingredientes inadequados e proibidos para consumo humano. O resultado é uma bebida de baixíssima qualidade, sem qualquer padrão, mal acondicionada e sem rastreabilidade, vendida a preços baixos que atraem o consumidor.

Além disso, a produção clandestina é um canal de vasta evasão fiscal, uma vez que deixa de contribuir para os cofres públicos, com estimativas de volumosas perdas de receita. E ainda resulta em gastos do dinheiro do contribuinte, que é quem financia os órgãos públicos para repressão a esse mercado paralelo.

Prevenir a população e chamar a atenção para os perigos do consumo de bebidas fabricadas ilegalmente, que representam riscos reais à saúde pública, é um dos objetivos de entidades como a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD).

Conscientização

A ABBD surgiu da união de cinco grandes empresas do setor: Bacardi, Beam Suntory, Brown Forman, Diageo e Pernod Ricard. Que em 2020 criaram o Núcleo pela Responsabilidade no Comércio e Consumo de Bebidas Alcoólicas no Brasil. Em 2021, evoluíram para a formação da entidade,



Saiba como fugir das bebidas ilegais

Para o bem do seu corpo, da sua cabeça e do seu bolso, você que opta pela bebida destilada não deve se deixar enganar. Veja como identificar quando uma bebida pode ter sido adulterada:

- Atenção à aparência do líquido
- Veja se a coloração foge do padrão
- O volume da garrafa está muito baixo ou muito alto
- Se há partículas flutuantes no líquido
- O lacre de segurança está intacto
- Examine os detalhes do texto do rótulo e contrarrótulo
- Quantidade do líquido em mililitros
- Volume de álcool em porcentagem
- País de origem e nome do produtor
- Número de registro
- Advertência sobre consumo excessivo
- O preço é outro indicador importante
- Fuja de preço muito abaixo do que costuma pagar
- Compre de lojas de confiança
- Fuja de páginas duvidosas

(Fonte: Movimento Doses Certas)

tendo como foco principal contribuir para uma relação transparente e responsável da população com as bebidas alcoólicas. “Esse tipo de bebida pode conter substâncias como iodo, álcool etílico e metanol. Ou seja: bebidas fabricadas sem qualquer padrão de qualidade, critério de higiene e armazenadas em locais impróprios”, explica o presidente da ABBD, José Eduardo Cidade. Ele destaca que a venda ilegal de bebidas destiladas cresceu muito, principalmente, durante a pandemia da Covid-19.

Os destilados ilícitos correspondem a cerca de 36% do volume de bebidas destiladas comercializadas no país. Segundo dados da consultoria Euromonitor, a venda clandestina teve crescimento anual de 10,1% em 2020, evoluindo 6,4% em 2021.

Em 2021, o comércio de bebidas falsificadas como um todo representou 26% do mercado. A estimativa é da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), com base em seu Relatório Geral Apreensões de bebidas ilegais (contrabandeadas e falsificadas). Conforme o mesmo levantamento, as ocorrências de repressão ao mercado paralelo subiram 171,43%, entre 2018 e 2021, em relação a período igual anterior.

Desinformação

Para melhor direcionar suas ações diárias, a ABBD estabeleceu uma estratégia de trabalho com seis pilares: Saúde do Consumidor/ - Consumo Moderado/ - Álcool é álcool/ - Publicidade com princípios/ - Isonomia na tributação/ - Combate ao mercado ilegal de bebidas destiladas.

Preocupa muito a entidade, a questão da desinformação. Por isso, alinha-se a campanhas educativas, como a do movimento “Doses Certas”, que desde 2020 trabalha para desfazer mitos relacionados às bebidas

alcoólicas e informar à população que “Álcool é Álcool” – o mesmo tipo de álcool está em todas as bebidas, e é importante controlar a quantidade consumida, seja qual for a escolha do consumidor.

Outro mito combatido é o de que bebidas mais “fortes” do que outras. Para a ABBD, esse tipo de percepção enganosa acaba justificando, por exemplo, a pesada carga tributária imposta sobre o setor. O que onera a indústria de destilados, reduz a arrecadação para o governo e estimula a expansão da ilegalidade.

Treinamento

Diante da necessidade de esclarecer e reduzir a desinformação, o presidente da ABBD ressalta a importante questão da educação: “Os consumidores precisam de informações sobre como evitar produtos ilícitos, especialmente quando não estão cientes da ilegalidade”.

A informação é muito relevante para quem compra por meio do comércio eletrônico, por exemplo. Segundo a presidente da Abrabe, Cristiane Fojá, as vendas online aumentaram durante a pandemia, incluindo as bebidas adulteradas. Jovens e a população carente são os alvos de plataformas que vendem bebidas falsificadas por até 70% abaixo de preços médios do mercado legalizado.

Tanto a ABBD quanto a Abrabe defendem a necessidade de treinamento de operadores de plataformas de comércio eletrônico, no sentido de que aprendem como identificar os produtos ilícitos, verificando rótulos, imagens, informações de lote e sobre a origem dos produtos. Assim como a colaboração entre os atores e autoridades do setor, para adoção de procedimentos de vigilância e fiscalização, também no mundo digital, de forma a reduzir a falsificação.